

DEPS DIVISÃO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

as subversivas e de elemntos comunistas

ate

3

25

SECRET

INFORME Nº 65/01/031

(19 JAN 65)

Maria Aparecida
de Aquino

As Vísceras expostas do autoritarismo

A visita à documentação do Deops paulista equivale a um passeio nas demonstrações cotidianas do ofício de dominação em nosso país e a um mergulho na mentalidade repressiva, fazendo-nos constatar a “banalidade do mal”.

> É nosso objetivo tornar um pouco mais claras as práticas políticas de um dos órgãos do chamado aparato repressivo existente em diferentes Estados brasileiros desde as primeiras décadas do século XX até praticamente o término do chamado regime militar (1964-1985). Consideramos, portanto, esse aparato como intrinsecamente vinculado à história republicana brasileira, tanto nos seus períodos mais explicitamente autoritários (1930-1945 e 1964-1985) como na fase chamada democrática, ou seja, o período que vai de 1945 a 1964, quando instrumentos característicos do “Estado de Direito” encontravam-se minimamente presentes.

Conhecidos genericamente como Dops – durante o regime militar era comum aterrorizarem-se as pessoas com a advertência: “*cuidado, desse jeito você vai ser fichado no Dops*” –, esses órgãos proliferaram por diferentes Estados brasileiros, vinculados geralmente às suas respectivas Secretarias de Segurança Pública. Embora em cada Estado recebessem denominações diferentes, a mesma alcunha unificadora os identificou, e as suas funções eram sempre as mesmas. Estavam, fundamentalmente,

à disposição dos governos quando estes decidissem vigiar e/ou aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros (imigrantes, dissidentes políticos, pobres das cidades) tidos sempre como “nocivos” e perigosos para a ordem pública e a segurança nacional (SOMBRA, 1996, p. 41).¹

Em suma, dedicados ao exercício das funções de “polícia política”.

Apesar de a polícia política especializada e independente da polícia administrativa e judiciária ter sua gênese nos primórdios do século XX, é com a criação do Desps, sediado no Rio de Janeiro e subordinado à Polícia Civil do Distrito Federal, sob a superintendência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que se evidencia com mais

clareza o exercício dessa atividade. O esclarecimento de suas funções permite identificar as estreitas margens que separam os chamados “crimes políticos” dos “crimes sociais”, ambos alvos desses órgãos do aparato repressivo.

Em todo o território nacional, o local social onde proliferaram os Dops com sua esfera própria de atuação foi o dos recantos escuros e sombrios da vigilância sobre os cidadãos considerados “suspeitos”. Segundo o período considerado, essa vigilância exercida sem o conhecimento dos cidadãos podia se restringir a um segmento social ou alcançar quase a totalidade da sociedade. Esses aparatos protegiam-se e beneficiavam-se das sombras que os envolviam, e isso permitia que se infiltrassem capilarmente nos mais recônditos desvãos das relações sociais, espalhando o temor e a desconfiança.

Em nosso país, esse mundo de trevas vem sendo pouco a pouco revelado a partir da década de 1990, quando, com o fim do regime militar e em meio ao processo de luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas, boa parte dos acervos longamente acumulados por esses órgãos tornou-se pública e devolvida à sociedade, que passou a assistir atônita ao que o autoritarismo foi capaz de produzir.

Nosso alvo de estudo é o órgão dessa natureza que operou no Estado de São Paulo, e que chamaremos doravante Deops/SP, coerentemente com sua última denominação, dada pela legislação que, em 1975, alterou-lhe a constituição chamando-o Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Originalmente instituído pela Lei nº 2.034 de 30-12-1924, quando recebeu o nome de Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), foi extinto pelo Decreto nº 20.728 de 4-3-1983. As circunstâncias de sua criação e extinção merecem que nos debruçemos sobre elas.

Em 1924, quando o Deops/SP foi criado, era governador de São Paulo Carlos de Campos, e presidente da

República Arthur Bernardes. Os governos de ambos encontravam-se mergulhados em profunda crise, que colocava em risco sua própria governabilidade.

Desde julho de 1922 quando explodiu o conflito conhecido como *Revolta dos 18 do Forte de Copacabana*, no Rio de Janeiro, Epiácio Pessoa, presidente eleito após o interregno governamental de Delfim Moreira – vice de Rodrigues Alves, morto inesperadamente antes de sua posse oficial –, havia decretado estado de sítio. Essa situação se prolongou por muito tempo, pois Arthur Bernardes, que já assume com o país em estado de sítio, vai mantê-lo durante todo seu governo (1922-1926).

As dificuldades envolvendo a posse de Bernardes começam na campanha, quando seu oponente, o carioca Nilo Peçanha, se sentira preterido na escolha sucessória pelas oligarquias rurais. Parcela dos militares apóia Peçanha, por razões que vão desde a insatisfação com nomeação de ministros civis para ocupar pastas militares durante a gestão de Epiácio Pessoa até o descontentamento da baixa oficialidade articulada em torno do Clube Militar, em luta pela elevação do soldo e pelo reaparelhamento do Exército. Essa revolta acaba sendo canalizada para a luta contra a política oligárquica, através da bandeira de “moralização das instituições políticas”.

O movimento da baixa oficialidade, composta basicamente por capitães e tenentes, acabou por converter-se em tema caro à historiografia brasileira, sob o nome de *Tenentismo*. Seus participantes vivenciaram vários episódios conflituosos, sendo o primeiro deles a *Revolta dos 18 do Forte de Copacabana*, em 1922, no Rio de Janeiro, e o último a Coluna Prestes-Miguel Costa, que percorreria o Brasil entre 1924 e 1927.

Entretanto, parte dessa mobilização passou-se em São Paulo, onde, a partir de julho de 1924, houve um movimento – considerado o mais significativo de todos – no qual os revoltosos, liderados pelo general Isidoro Dias

Lopes, conseguem assumir durante certo tempo o controle da cidade, forçando o governador Carlos de Campos a fugir do Palácio dos Campos Elíseos para Guaiaúna, na zona Leste de São Paulo. A luta encarniçada dos revoltosos contra as tropas legalistas leva a chamada Coluna Paulista a penetrar pelo interior do Estado e chegar até o Paraná. Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa já estavam com suas tropas estacionadas em Foz do Iguaçu, dando-se, então, o encontro com a Coluna Prestes, que vinha do Rio Grande do Sul após a revolta de outubro naquele Estado.²

Evidentemente, a conturbação desse período também pode ser explicada pelo agravamento da chamada “questão social”, considerada então como “caso de polícia” pelas autoridades governamentais. Desde o final da década de 1910, vários movimentos sociais reivindicatórios de melhorias nas condições de trabalho tinham sacudido os grandes centros urbanos com intensas mobilizações grevistas. A força do anarquismo, do chamado anarco-sindicalismo, e o fortalecimento do movimento comunista com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 constituíam elementos de grande preocupação para o governo, que responde com a legislação repressiva. Nesse contexto pode ser explicada a criação do Deops/SP, em 1924, como parte do aparato repressivo do Estado, voltado essencialmente para a vigilância sobre os considerados “suspeitos” de desordem política e/ou social.

Em 1974 assume a presidência da República o general Ernesto Geisel, com o propósito de liderar o processo conhecido inicialmente como “distensão” e, posteriormente, no governo de seu sucessor, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), com o nome de “abertura política”. As negociações nessa direção têm início ainda no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1971-1974), com o propósito de “devolução pacífica e ordeira” do poder aos civis e a volta do país ao chamado “Estado de Direito”.³ Desse processo



fez parte a retomada das eleições diretas para os governos estaduais, que se realizam em 15 de novembro de 1982, com posse dos novos governadores eleitos em 15 de março de 1983. Se atentarmos para a data do decreto que propõe a extinção do Deops/SP (4-3-1983), veremos que ela dista apenas de alguns dias da posse do governador eleito por São Paulo, Franco Montoro.

É importante lembrar que essas eleições tiveram como resultado vitórias maciças da oposição nos grandes Estados. Exemplos claros são a eleição, em São Paulo, de Franco Montoro e a difícil vitória de Leonel de Moura Brizola no Rio de Janeiro, o primeiro vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – oriundo do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de “oposição” ao regime militar – e o segundo eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Os guardiões do regime militar, imbuídos que estavam do desejo de tentar impedir quaisquer revisões de seus atos autoritários, que chamavam “revanchismo”, preocupavam-se com a possibilidade de os acervos dos órgãos do aparato repressivo virem a cair em mãos “inadequadas”, como as de governadores da oposição. Desse modo, compreende-se a extinção do Deops/SP dias antes da posse de Franco Montoro no governo de São Paulo e a passagem de seu imenso acervo documental para a agência paulista da Polícia Federal, onde permaneceu “bem guardado” até o ano de 1991. Quando da extinção do Deops/SP, o Estado de São Paulo era governado por José Maria Marin, em substituição a Paulo Maluf, último dos governadores indicados pelo regime militar, que se desincompatibilizara de suas funções.⁴

Em 1991, devolvido ao Brasil o “Estado de Direito” e sob a vigência da nova Constituição promulgada em 1988, foi eleito diretamente o primeiro presidente da República desde o golpe de 1964. O acervo do Deops/SP foi então entregue à guarda da Secretaria de

Cultura do Estado de São Paulo, que o destinou ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontra até hoje.

Entre 1991 e fins de 1994 este acervo somente pôde ser consultado por membros da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do regime militar e por cidadãos interessados em conhecer o que o órgão tinha armazenado sobre sua pessoa, direito garantido pela Constituição de 1988 sob o título de *habeas-data* (“tenhas a tua informação”).⁵

Dois questionamentos ocorrem normalmente quando se toca nesses aspectos: o que teria acontecido com a documentação relativa ao período entre 1983 e 1991, ocasião em que permaneceu sob a guarda da agência paulista da Polícia Federal? Por que a demora em democratizar a consulta a esse acervo entre 1991 e 1994?

O primeiro dos questionamentos é geralmente feito por aqueles que colocam em dúvida a importância desse acervo documental, entendendo que, nesse período, ele teria sido depurado de sua documentação mais significativa – aquela que permitiria o acesso a informações mais relevantes e descobertas mais importantes sobre o autoritarismo estatal brasileiro, particularmente sob o regime militar. Afinal de contas, em oito anos a Polícia Federal teria tido tempo suficiente para destruir o material mais “perigoso”, do ponto de vista dos defensores do autoritarismo, entregando em 1991 um acervo asséptico que pouco contribuiria para as pesquisas realizadas sobre a história do Brasil contemporâneo.

A consulta à documentação existente permite constatar que, durante o período em que ficou sob a guarda da Polícia Federal, muita pesquisa foi ali desenvolvida,⁶ mas que existem algumas lacunas documentais. Entretanto, como pesquisas intensivas e extensivas cobrindo todo o acervo documental ainda não foram realizadas, não há

condições de se estabelecer com clareza o que teria sido depurado. Independentemente dessa depuração, o trabalho realizado até hoje autoriza-nos a afirmar que a documentação ora disponível é de riqueza incontestável para a compreensão das relações Estado/sociedade durante o período coberto pela existência do órgão, ou seja, entre 1924 e 1983.

O segundo questionamento passa por problemáticas que envolvem tanto o momento específico em que essa discussão foi travada quanto o tipo de acervo de que se trata e sua contemporaneidade tão presente.

O momento em que se inserem essas discussões surge quando da Lei nº 8.159/91 que

dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, privilegiou a conceituação e filosofia do acesso e liberdade de informação, responsabilizando o usuário pelo uso e divulgação das informações, resguardando-se o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.⁷

Entretanto, essa lei, que definia a política de arquivos públicos e privados em nível nacional, até o momento em que se davam esses debates não havia sido regulamentada. Segundo seu artigo 21,

legislação estadual, do Distrito Federal e Municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado também o disposto da Constituição Federal.⁸

Tal determinação, portanto, libera as unidades da Federação para resolver de forma autônoma a sua organização arquivística.

Divergências

Quando se fala em preservação documental e em formas de abertura à consulta de documentação, costumam ser divergentes as posturas de arquivistas e de historiadores. Além desse elemento estimulador de tensões, houve outro a temperar as discussões que emperraram em São Paulo: a preocupação manifestada pelos elementos implicados com o regime militar e com os órgãos do aparato repressivo, por um lado; e, por outro, de cidadãos que foram objeto da vigilância da polícia política. Esses últimos temiam que informações obtidas à sua revelia pudessem, por deturpação, ser divulgadas e utilizadas de forma a prejudicar sua imagem social ou a de seus familiares (no caso dos mortos).

Foi então constituída pelo governo estadual uma “comissão de notáveis” formada por historiadores, arquivistas, juristas, representantes governamentais e de entidades de defesa dos direitos humanos. Finalmente, em 1994, essa comissão recomendou a abertura total do acervo à consulta pública, mediante a assinatura, pelo consulente, de um termo de compromisso em que este se responsabilizava pelas consequências da divulgação que viesse a ser dada às informações recolhidas nos acervos do Deops/SP. Ficava implícito que o responsável poderia ser alvo de processo judicial, caso divulgação de determinada informação fosse considerada, por pessoa envolvida ou familiares, como desabonadora de sua moral pública.

Em nossa concepção, São Paulo tomou assim a medida mais adequada ao desenvolvimento da pesquisa em nosso país, comparativamente aos acervos dos demais órgãos congêneres de outros Estados, também colocados sob tutela de instituições arquivísticas, como é o caso do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que recebeu documentação semelhante em 1992. Isso é particularmente verdadeiro quando se avalia tal documentação como detentora de informações preciosas acerca de nossa história recente.

Consultando o acervo

O acervo Deops/SP é composto de 101 livros intitulados *Registros de Inquéritos Policiais*. Esses inquéritos estavam antes sob a guarda da Academia de Polícia de São Paulo que, tempos depois de o acervo ter sido enviado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, resolveu também enviar esse material que permite excelente análise da atividade inquisitorial e da relação entre as delegacias de polícia – responsáveis, com seus inquéritos formalizados, pelas denúncias de criminalidade – e o Ministério Público, receptor dessas denúncias que, quando aceitas, transformam-se em processos judiciais – o âmbito da Justiça, propriamente dita. Esses livros de registro contêm os inquéritos instaurados pelas diversas delegacias que integravam o Deops/SP.

Além disso, o acervo também possui quatro séries documentais que se diferenciam, dentre outros motivos, pelo fato de terem sido produzidas por distintos setores dentro do órgão. O conjunto dessas quatro séries forma um acervo da seguinte magnitude: 1.500.000 fichas remissivas e 163.000 pastas.

A série *Prontuários* é formada por cerca de 163.000 fichas remissivas e 150.000 pastas-prontuários que podem ser referentes a pessoas, entidades ou temas. É a série mais antiga, datando dos primórdios do órgão (1924) e somente encerrada com a sua extinção (1983). O material que armazena originou-se do Arquivo Geral do Deops/SP.

A série *Dossiês* é formada por 1.100.000 fichas remissivas e 9.626 pastas codificadas. Data dos anos de 1940 (o documento mais antigo localizado é de novembro de 1942) e se extingue com o órgão, em 1983. O material armazenado originou-se inicialmente do chamado Serviço Secreto, criado em 1940, mais tarde denominado Serviço de Informações e, posteriormente, em 1975, Divisão de Informações.

A série *Ordem Social*, cujo material se origina da Delegacia de Ordem Social, inicia-se em 1945 e se encerra em 1983. Anteriormente, essa documentação era armazenada no Arquivo Geral do Deops/SP. É composta de 115.000 fichas remissivas e 2.321 pastas. Parte significativa delas – 547 fichas – se origina de material armazenado por delegacias do interior.

A série *Ordem Política* é a última a ser iniciada (1948), extinguindo-se também em 1983. Seu material se origina da Delegacia de Ordem Política, que anteriormente enviava, também, seu acervo para o Arquivo Geral do Deops/SP. Possui 120.000 fichas remissivas que remetem a 1.582 pastas.⁹

Nosso estudo envolveu especificamente a série *Dossiês*, detentora de acervo documental de magnitude espantosa – cerca de dois milhões de documentos armazenados – e que se caracteriza por um complexo código alfanumérico que acompanha suas pastas, bem como por uma extrema variedade documental. Além disso, embora contenha farta documentação desde os anos de 1940, a maior parte de seus documentos abrange o regime militar, de 1964 até a extinção do órgão em 1983.

A série *Dossiês*

Nossa história envolvendo a pesquisa no acervo do Deops/SP se inicia em 1991, quando de seu recebimento pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Vinda de uma dissertação de mestrado em que o alvo fora a censura à imprensa no período do regime militar,¹⁰ imaginei poder realizar uma pesquisa para o doutorado naquele acervo, investigando casos de jornalistas eventualmente “vigilados” pelo Deops/SP durante o regime. Meu objetivo era reconstruir, ao mesmo tempo, o olhar do órgão sobre a imprensa paulista e a resistência desses jornalistas ao regime autoritário. Cheguei a enviar ao Secretário de Cultura da época – Adilson Monteiro Alves – uma

solicitação de pesquisa ao acervo, que não foi respondida. Baldados os esforços feitos na tentativa de conseguir realizar o intento, acabei abandonando essa linha de trabalho e realizei o doutorado, defendido em 1994.

Com a abertura do acervo à consulta, iniciei, finalmente, minha pesquisa em 1995. Tendo sido aconselhada a trabalhar com a série *Dossiês*¹², esbarrei na primeira dificuldade: de que forma acessar a série. A série é constituída de fichas remissivas e pastas documentais; possui 33 conjuntos de fichários distribuídos, na grande maioria, por nomes ou sobrenomes de pessoas (“comuns”, “incomuns”, “vulgos”); e um número menor de fichários semitemáticos, como “sindicatos”, “placas de veículos”, “jornais”.

Na situação em que me encontrava – não possuía a relação prévia dos jornalistas que tivessem sido alvos de suspeição pelo órgão no período ditatorial –, debati-me na tentativa de encontrar solução para o problema de como acessá-la, uma vez que um temário não havia sido constituído. As 9.626 pastas, por sua vez, possuíam, cada uma delas, um complexo código alfanumérico que deveria ter significação e, provavelmente, remetia a um temário que naquele momento não estava decodificado.

O percurso seguido foi o de recorrer, inicialmente, à única possibilidade “temática” que se me apresentava. Acessei as fichas correspondentes ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, localizando um total de 51 fichas cujos documentos a que remetem foram consultados. Para percorrer uma relação de nomes passíveis de “suspeição” no Deops/SP, foi necessário recorrer a uma outra estratégia que me pareceu igualmente válida.

Durante a realização do doutorado tive a oportunidade de entrar em contato com o projeto *Brasil: Nunca Mais*, talvez o mais instigante projeto de pesquisa vivenciado no Brasil contemporâneo. Advogados de presos políticos, religiosos progressistas e personalidades da resistência ao

regime militar, nas circunstâncias propiciadas pela anistia, em 1979, levaram avante durante seis anos a mais arrojada e corajosa iniciativa de que se tem notícia nessa área. Sabedores da existência do arquivo do Superior Tribunal Militar (STM), que reunia todos os processos movidos contra civis e militares que teriam atentado contra a Lei de Segurança Nacional, os ativistas do projeto resolveram duplicar todos os seus autos, estabelecendo assim uma significativa radiografia das concepções de segurança nacional quando colocadas em prática, ou seja, no âmbito da Justiça Militar. Em suma, uma amostra preciosa de um dos pilares do regime militar. Entre 1964 e 1979 foram copiados e microfilmados aproximadamente 707 processos, o que corresponde à totalidade dos autos dessa natureza produzidos no período.

Esse impressionante material foi submetido a uma sofisticada metodologia de análise e reunido em 12 volumes – chamados de Projeto “A” – contendo todos os resultados apurados no extenso levantamento de dados realizado. Nas inúmeras tabelas do Projeto “A” consta a relação dos denunciados que se tornaram réus, incluindo a profissão de cada um deles. Assim, chega-se à lista de 147 jornalistas denunciados nos processos que passaram pelo STM entre 1964 e 1979.

Pareceu-me que essa lista de jornalistas era bastante representativa, constituindo uma boa amostragem da resistência ao regime militar e sugerindo a possibilidade de conter parcela significativa dos assim chamados “suspeitos”, segundo a ótica do Deops/SP.

O ponto de partida, portanto, foi a lista de jornalistas processados, base para as pesquisas nas fichas remissivas da série *Dossiês*. Descobriu-se uma variedade de situações: desde nomes de jornalistas com apenas uma remissão até aqueles que possuíam mais de uma centena de fichas em seu nome. As fichas são indicativas do código que remete às pastas e faz chegar a um documento contido em uma delas.¹³

No caso de jornalistas com grande variedade de remissões a documentos, era possível chegar-se a um número considerável de pastas e, às vezes, a cada documento guardado em determinada pasta. Além de representar um trabalho insano, armava-se para o pesquisador um verdadeiro quebra-cabeças. Por vezes, a leitura do documento fazia aparecer o nome da pessoa alvo da pesquisa citada, por exemplo, em meio a um depoimento. Em outros casos ocorria a referência à pessoa como participante de um congresso de um partido. Essas eram algumas das possibilidades com as quais nos defrontávamos.

Para elucidar os fatos, o pesquisador necessita compreender o documento como um todo, pois somente assim poderá entender a circunstância na qual foi feita a citação do nome de uma pessoa. Além disso, precisa comparar cada documento com os demais, em sua pasta, para que consiga formar um quadro das razões pelas quais aquela unidade documental ali se encontra arquivada. Nem sempre isso é possível. Os documentos contidos nas pastas são extremamente variados, o que é uma característica dos *Dossiês*.¹⁴ Muitas vezes, após uma pesquisa que consome dias de trabalho, o resultado é uma colcha de retalhos que não se cruzam. O quadro permanece fragmentado, sem que se tenha condição de reconstituir o olhar do órgão sobre o “suspeito”, bem como sobre a resistência travada por ele.

Isso me fez concluir ser absolutamente fundamental construir outras formas de acesso aos arquivos pelos pesquisadores, chegando-se a um temário a partir da decodificação dos códigos de entrada das pastas. Desse modo, em novembro de 1996 foi enviado um projeto¹⁵ à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), especificamente para cuidar do tratamento da série *Dossiês* do Acervo Deops/SP. Aprovado em fevereiro de 1998, o projeto foi desenvolvido ao longo de quatro anos com o auxílio de inúmeros pesquisadores¹⁶ e de duas equipes de bolsistas. Em março de 2002, os resultados foram entregues à instituição financiadora.

Dentre outras conquistas para a pesquisa histórico-documental, conseguimos descrever as 9.626 pastas do acervo, com a decodificação dos códigos e a criação de um temário/assunto para as mesmas. Essa descrição foi realizada através de fichas especialmente criadas pela equipe de bolsistas, contendo as seguintes informações: assunto geral da pasta, datas iniciais e finais de arquivamento das pastas, datas iniciais e finais da produção documental quando estivesse disponível (um documento pode ser produzido numa data e arquivado posteriormente), descritores ou palavras-chave da pasta, existência de material incomum anexado (fotografias, periódicos, objetos variados), para o caso de pesquisas específicas a esses materiais, através dos quais se poderiam localizar as pastas que os contém.

Criou-se, também, um vocabulário controlado dos termos utilizados no processo de descrição das pastas, além de proceder-se à montagem de um banco de dados que permite ao pesquisador/consultante formas variadas de acesso a essa documentação, cruzando-se informações (como o tema da pesquisa/consulta e a data), chegando-se às pastas (e sua descrição) onde essas informações se encontram alocadas. Entre 2001 e 2002, lançamos a série de volumes intitulada *Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*,¹⁷ que se debruça exatamente sobre os resultados do projeto.

Decodificando a série *Dossiês*

Neste longo percurso de construção de novas formas de acesso ao acervo pelos pesquisadores, alguns elementos foram se estabelecendo, de forma a permitir que se chegasse o mais próximo possível de uma definição da série *Dossiês*.¹⁸

O código alfanumérico nela utilizado é composto de três elementos e de um número de ordem para a remissão documental no interior da pasta. Tomando-se como

amostra um documento pesquisado quando da consulta realizada às fichas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, a dificuldade de trabalho com essa documentação codificada pode ficar mais clara.

O referido documento aparece na ficha remissiva com a seguinte notação: 20 - C - 44 - 20.411. Trata-se de um relatório de agente infiltrado, não assinado, e datado de 27-10-1981. Possui um carimbo *Confidencial*. O timbre indica *Secretaria de Segurança Pública - Polícia Civil de SP - Departamento Estadual de Ordem Política e Social - Divisão de Informações*. Seu título é *Relatório*. Refere-se à cerimônia de entrega do prêmio jornalístico *Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*, criado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e pela Comissão Executiva Nacional de Movimentos de Anistia. A cerimônia foi realizada na sede do Sindicato, na cidade de São Paulo.

O agente relaciona detalhadamente todas as entidades que patrocinaram o evento e explica porque foi criado o prêmio, como foi a sua distribuição naquele ano, em que consistiu, qual foi a comissão julgadora, quais os critérios para a indicação dos premiados. Descreve a cerimônia, a composição da mesa e as personalidades presentes. Ao destacar os discursos, o agente assim se pronuncia:

[...] timbraram pelo mesmo chavão de combater a repressão ditatorial do regime militar, que por força dos esforços deles tinha chegado à conclusão de que precisava dar esta pequena abertura política, que foi dada e que promete ser enganosa como tudo que vem do atual regime. [...]
De ponderável, apenas as palavras ditas por Ricardo Kotscho, que ao receber o prêmio foi muito aplaudido, quando falou que estava com medo da posição que os companheiros vinham adotando de considerar estas cerimônias, bem como as reuniões de debates ou autocríticas,

mesmo sem que disso se apercebessem, como um ritual rotineiro do qual nada se extraía. Disse que nestas reuniões, infelizmente, está predominando um espírito de divisão, onde as ambições de poder e as pretensões partidárias estão levando os companheiros a uma situação de divisão interna que só beneficia ao regime e dificulta o progresso de luta pela derrubada do mesmo.

O agente prossegue apontando outras personalidades presentes como Caio Prado Jr. e as “...cabeças de um tal Conselho Mundial das Igrejas, dois reverendos: um de nome 'Charles' e outro 'Jaime Wright'. Também já de idade, a Madre Cristina, entregou prêmios”. Segue dizendo que há em anexo (comprova-se que há de fato) uma Declaração de compromisso¹⁹ e uma “...pequena biografia de um tal Antonio Benetazzo”.²⁰

A riqueza do documento nos dá uma pequena amostra da importância dessa documentação, do papel desses agentes infiltrados e de seus relatórios pormenorizados, os quais demonstram uma infiltração cuidadosamente construída a ponto de o agente conhecer os meandros dos locais sobre os quais exerce vigilância, resvalando em opiniões pessoais acerca do evento e de seu transcurso. O relatório oferece uma grande quantidade de informações que, dependendo das circunstâncias, são cronometradas minuto a minuto, em minúcias que nem sempre resultam na consistência exigida pelos objetivos do órgão, dada a sua inutilidade.

Partindo do pressuposto da interpenetração/interdependência dos elementos do código – que podem estar presentes ou se repetir em diferentes locais – para desvendar o que foi possível construir sobre eles, concluímos que é preciso lidar com a sua fluidez, o que é natural se levarmos em conta o fato de que foram criados na década de 1940 e acompanharam a história do Brasil pelos 40 anos subsequentes. Sofreram, portanto, mutações decorrentes do tempo, dos objetivos governamentais e da própria



Carros blindados das forças legalistas percorrem as ruas da cidade de São Paulo após a retirada dos revoltosos. São Paulo, julho de 1924. Coleção O Estado de São Paulo. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A Revolução de 30 e seus antecedentes. Org. Ana Maria Brandão Murakami. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

noção de “suspeição” – cujo significado varia de acordo com os interesses prevalecentes nesse ou naquele período.

Ao primeiro elemento do código chamamos *Família*.²¹ Corresponde a um tema geral e apresenta-se em cinco dezenas: as *famílias 10, 20, 30, 40, 50*. A *família 10* refere-se à suspeição lançada contra estrangeiros nas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942, quando o Brasil declara guerra ao Eixo. A perseguição atinge prioritariamente os alemães, italianos e japoneses, mas abrange outras nacionalidades. Por vezes aproveita-se para “tomar carona” na suspeição contra os “eixistas” e vigiar os “suspeitos de sempre”²² (comunistas, socialistas, principalmente).

A *família 20* refere-se, de modo genérico, à vigilância exercida sobre pessoas envolvidos com a política nacional, vista no sentido amplo e sob o aspecto institucional (partidos, políticos), enfocando particularmente o panorama eleitoral.

A *família 30* enfatiza a perseguição aos “suspeitos” de atividades comunistas, socialistas e anarquistas.

A *família 40* reúne documentação das diferentes delegacias que integram o Deops/SP: Armas, Munições e Explosivos; Ordem Econômica; Ordem Política; Ordem Social; Estrangeiros.²³

A *família 50* – a maior de todas – é a de mais difícil definição. Sozinha, corresponde a 4.531 pastas, num universo de 9.626. Há uma grande variedade de temas no seu interior e observa-se ainda o fenômeno da constante migração de códigos, ou seja, um código criado na década de 1940 com determinado significado pode sofrer alterações de sentido no período do regime militar. Ali encontram-se constantemente referências à suspeição sobre estrangeiros e o acompanhamento do panorama eleitoral ao longo do tempo. A maior parte do acervo reunido refere-se à fase pós-1964, com seus interesses específicos vinculados à chamada Doutrina de Segurança Nacional.²⁴

As *famílias*, por sua vez, subdividem-se em *subfamílias* que correspondem a subtemas dentro do tema geral. Na *família 10*, temos as *subfamílias 10, 11, 12, 13, 14 e 15*. A *família 20* apresenta-se dividida nas *subfamílias 20, 21, 22, 23 e 24*. A *família 30* possui as *subfamílias 30 e 31*. A *família 40* encontra-se subdividida nas seguintes *subfamílias: 40,41, 42 e 43*. Finalmente, a *família 50*, conhecida por sua complexidade e extensão documental, divide-se nas duas *subfamílias 50 e 52*.

As *subfamílias*, por sua vez, agregam-se às letras (o segundo elemento do código) para a formação do tema específico. Denominamos as letras de *setores*, na medida em que, de maneira geral, correspondem a um determinado setor da sociedade. Nem todas as letras do alfabeto foram utilizadas dentro da mesma lógica observada em relação aos números das *subfamílias*. Os números foram criados para crescer muito. Durante a vida da série, não foram esgotadas as suas possibilidades totais. Os *setores* encontram-se assim subdivididos:

- A - Vigilância das atividades desenvolvidas por proprietários, aqui encarados no sentido amplo, abrangendo desde donos de empresas até seus diretores ou executivos.
- B - Vigilância das atividades desenvolvidas por funcionários, também entendidos no sentido amplo. Embora a maioria se refira a funcionários de baixo escalão, a suspeição pode, por vezes, atingir gerentes ou executivos, ou mesmo donos de pequenos estabelecimentos.
- C - Vigilância das atividades desenvolvidas pelos estudantes.
- D - Vigilância das atividades desenvolvidas pelos militares.
- E - Vigilância das atividades desenvolvidas por órgãos, pessoas, ou sobre relações travadas no interior das representações diplomáticas.
- F - Possui grande fluidez. Até onde se pôde perceber, atinge o que poderíamos chamar genericamente de

“grandes proprietários”. Sua linha limítrofe com o setor A não é precisa e deixa margem a certa indefinição.

- G - Vigilância das atividades desenvolvidas por religiosos.
- H - Vigilância das atividades desenvolvidas pelos funcionários públicos.
- I - Também bastante imprecisa e indefinida. Diz respeito à suspeição sobre negociantes de maneira geral, não vinculados a empresas em especial, e a pessoas que vivem de rendas.
- J - Vigilância das atividades desenvolvidas no interior de associações, clubes e partidos políticos.
- K - Vigilância das atividades desenvolvidas por profissionais liberais.
- L - Vigilância das atividades desenvolvidas por editoras/editores.
- Z²⁵ - Compreende a vigilância a setores não especificados. Tudo o que não se enquadra nos setores anteriores aparece arrolado aqui.

O terceiro elemento do código também é numérico. O seu significado mais comum remete a uma ordem cronológica de abertura das pastas.

Algumas observações, entretanto, devem ser feitas. Alguns códigos se iniciam não com o número um, mas com o número zero. É o caso do seguinte exemplo: o 50 - B começa, na realidade, com o 50 - B - 0. Quando isso ocorre, seu significado é praticamente o mesmo observado em relação ao setor Z: não identificado, servindo a todos os setores sociais que não se enquadraram nas letras anteriores. Nesse caso, a partir do número zero não se segue, necessariamente, a ordem cronológica, rompendo-se portanto a lógica que vai do número mais baixo para o mais alto, num crescendo temporal. No exemplo destacado, 50 - B - 0, a pasta foi aberta em 1-12-1943, enquanto que, na seqüência 50 - B - 1, a primeira pasta foi aberta anteriormente, em 24-11-1943. Ali, localizam-se investigações que, necessariamente, também não se relacionam diretamente com a temática do código, como

se o arquivista não soubesse classificá-las e acabasse alocando-as sob a numeração zero.

Outro aspecto do terceiro elemento se relaciona com os códigos que, com o passar do tempo, sofrem alterações, na maior parte das vezes relacionadas com as circunstâncias de momento. Por exemplo, em momentos determinados, a suspeição sobre atividades comunistas assumia uma característica específica, sendo a chamada classe operária o alvo prioritário das investigações. Isso ocorre, principalmente, entre as décadas de 1940 e 1950.

Entretanto, a partir dos anos 1960, o “comunismo” se converte em “comunismos”, com uma diversidade de siglas e práticas políticas diferenciadas. O perfil do militante se transforma brutalmente, atingindo as chamadas “classes médias” e tendo a categoria dos estudantes numericamente muito representada. Portanto, a abordagem da suspeição modificou-se, e suas motivações também.

Os códigos precisam se adaptar aos novos tempos. Ocorrem, portanto, migrações entre eles. Nesses casos, geralmente, o terceiro elemento deixa de configurar apenas uma categoria cronológica para se transformar em mais um aspecto de definição do tema, na direção de cruzamento e afunilamento de seu sentido.

Temos considerado até agora os conjuntos formados por três elementos de código. Porém, para efeito de uma maior precisão arquivística, o nome que receberam em nosso banco de dados e em nosso catálogo é *Dossiê*, o que subentende que representem de fato a unidade dessa série.

Uma vez esclarecidos esses elementos, é necessário atentar para um aspecto importante: a quantidade de pastas no interior de cada *Dossiê*. Dentre 9.626 pastas, contamos um total de 5.209 *Dossiês*, o que significa existirem *Dossiês* que possuem mais de uma pasta. Nesses casos,

também o critério cronológico é válido, sendo que a primeira pasta do *Dossiê* é aberta anteriormente em relação à subseqüente e assim sucessivamente, num encadeamento cronológico linear e crescente.

Do total de *Dossiês*, existem 437 que contêm pastas duplicadas, sendo, portanto, em imensa maioria, pastas unitárias. No caso dos *Dossiês* com pastas duplicadas, a quantidade de pastas em cada um é bastante variável. Existem *Dossiês* com apenas duas pastas e outros com um grande número. O *Dossiê* mais numeroso é o 52 - Z - O, que contém 583 pastas. Conforme já explicado, a partir da decodificação da *subfamília 52* (acrescente-se o *setor Z* - não especificado - e o terceiro elemento zero - também, não especificado), esse *Dossiê* é composto de resumos de todas as informações existentes na série sobre assuntos/pessoas, realizados mediante solicitações de outros órgãos. Daí podemos deduzir a intensa comunicação entre os órgãos de informação/repressão na procura de mais informes sobre seus objetos de "suspeição".

Assim, chegamos ao quarto elemento, que não compõe o *Dossiê*, no sentido de contribuir para definir um assunto, mas que representa um número de remissão indicativo para a busca da informação no interior de uma pasta. Tomemos, a título de exemplo, os dois documentos que destacamos: o 20 - C - 44 - 20.411 e o 30 - C - 1 - 25.011. Pelo elevado número de remissão do quarto elemento (20.411 e 25.011), percebemos que se trata de *Dossiês* com grande número de pastas e com enorme quantidade de remissões documentais a elas. No primeiro caso, pelo menos acima de 20 mil e, no segundo, mais de 25 mil. O *Dossiê* 20 - C - 44 possui um total de 242 pastas e o 30 - C - 1, 176 pastas.

Ainda a esse respeito, é preciso esclarecer que há um número variável de remissões nas pastas. Existem pastas extremamente finas que possuem apenas uma folha de papel, correspondente a uma remissão, enquanto outras,

extremamente volumosas, contêm mais de 200 remissões documentais.

Temos nos referido constantemente a remissões documentais e não a unidades documentais. Exemplificando: imaginemos uma unidade documental representando um depoimento de um preso político que, inicialmente, prestou informações no Destacamento de Operações de Informações, Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)²⁶ e, posteriormente, foi enviado ao Deops/SP para prestar novos depoimentos e ter formalizado o seu inquérito.²⁷ O depoimento prestado no DOI-Codi em duas cópias – uma de próprio punho, que o preso era obrigado a fazer, e outra (a sua cópia) datilografada pelo órgão – era enviado ao Deops/SP. Há uma imensa quantidade de depoimentos dessa natureza.²⁸ Nesses depoimentos, pode haver referências a um grande número de pessoas com as quais contactou o depoente na sua história de militância, bem como indicações de eventos dos quais o depoente participou como militante, além de apontamentos sobre panfletos ou jornais lidos ou produzidos pela organização a que pertence. Cada uma dessas pessoas, eventos, panfletos e jornais pode representar uma remissão anotada numa ficha. Desse modo, uma mesma unidade documental pode corresponder a um grande número de remissões nas fichas. Não se deve, portanto, confundir o número de remissões com o número de unidades documentais constantes nas pastas.

A título de conclusão

Como procuramos acentuar, nosso objetivo era o de tentar esclarecer um pouco mais sobre essa zona de sombras que recobre a sociedade brasileira e a traz envolta em autoritarismo explícito e implícito.²⁹ Temos clareza, entretanto, que a dimensão do acervo a que nos propusemos estudar é de tal magnitude que permite apenas levantar algumas hipóteses.

Durante o período de realização do Projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo do Deops/SP: Série Dossiês (1940-1983)*, particularmente na sua fase de finalização, em diversas oportunidades fomos entrevistados por jornalistas e tivemos também oportunidade de falar em diferentes ocasiões para públicos acadêmicos e não-acadêmicos de distintos Estados do Brasil. Todos queriam saber sobre as nossas conclusões e, mais especificamente, quais as "descobertas" que havíamos feito, sempre no sentido do "furo jornalístico". Ou seja, qual a "bomba" que essa documentação revelou?

Depois de muito refletir sobre o teor dessas indagações e, também, de deparar com documentos "bombásticos" escondidos nos meandros dessa fantástica massa documental, chegamos à conclusão de que, se há de fato importância nessa documentação – e, creia leitor cético, há –, ela se encontra menos nos "furos" e "bombas" que possa revelar e mais no que está contido nos procedimentos rotineiros de um órgão cuja vida ativa permeou quase 60 anos da República brasileira.

A série *Dossiês*, embora se caracterize, como já afirmamos, pela imensa variedade documental, constitui-se de documentação produzida pelo Serviço Secreto/Serviço de Informações/Divisão de Informações, ou seja, é o "coração" do Deops/SP, um órgão estritamente voltado para exercer vigilância sobre o cidadão considerado "suspeito". Portanto, a documentação produzida por esse setor é o que mais caracteriza essa atividade repressiva.

De toda a massa documental, causam maior impressão os relatórios dos agentes infiltrados, dos quais o leitor teve oportunidade de conhecer dois exemplos. Nesses relatórios, os agentes se desnudam em comentários pessoais e, ao mesmo tempo, demonstram conhecimento profundo dos meandros das instituições/pessoas que vigiam, revelando a capacidade de infiltração e a vulnerabilidade da sociedade à sua atuação. Suas observações esclarecem também o núcleo da mentalidade autoritária

que produziu e armazenou um acúmulo de informações inúteis para os interesses do Estado.

Representam a verdadeira "banalidade do mal".³⁰ Entretanto, se o mal é "banal", nem por isso precisa deixar de ser contido. Devemos detê-lo com todas as nossas forças e em todas as suas formas de manifestação.

Há poucos anos, fomos surpreendidos por reportagens que davam conta da existência de uma Divisão de Comunicação Social, vinculada à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que, utilizando inclusive antigos funcionários do Deops/SP, continuava a exercer as mesmas funções do órgão extinto, dando-se ao luxo de vigiar até o secretário de Justiça de São Paulo que, no passado, havia sido advogado de presos políticos do regime militar. A documentação continuava a ser produzida, pelo menos até o ano de 1995, 13 anos após a extinção do Deops/SP. Com a divulgação dada ao caso, a referida Divisão foi extinta, sua documentação foi lacrada e entregue ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde continua fechada e intocada à espera de tratamento documental. Existirá outro órgão, agora, com nova denominação e função semelhante, exercendo a mesma vigilância aos "suspeitos de sempre"?

Fomos novamente surpreendidos em 2001 com revelações jornalísticas dando conta da atuação da Promotoria em Marabá (PA), "estourando" uma casa em que atividades se desenvolveriam em continuidade a um processo que remontava a pelo menos 27 anos. Os habitantes da região onde ocorreu a chamada Guerrilha do Araguaia³¹ continuam atemorizados pelas forças de segurança que vigiam o local e, em troca de pequenos presentes, garantem o silêncio sobre os acontecimentos de que foram testemunhas entre os anos 60 e 70. A casa de Marabá evidenciava a atuação desses agentes de segurança junto à população e apontava para a existência de 19 escolas de inteligência militar. Essas escolas operavam um serviço absolutamente desconhecido do público e utilizavam

métodos muito mais avançados do que os do pouco saudoso Serviço Nacional de Informações (SNI).

Tudo isso vem demonstrar que é mais fácil derrotar institucionalmente um regime autoritário e restaurar, mesmo que de forma “lenta e gradual”, as prerrogativas que compõem o chamado “Estado de Direito” do que extinguir as intrincadas relações autoritárias que permeiam nosso cotidiano e cuja continuidade ultrapassa os marcos cronológicos dos autoritarismos explícitos.

A visita a essa documentação, um passeio nas demonstrações cotidianas do ofício de dominação, um mergulho na mentalidade repressiva que mostra a “banalidade do mal”, pode atuar como elemento desarticulador da condição autoritária e contribuir para a ruptura dessa continuidade intrincada e capilar que permeia nossa sociedade, mesmo em seus momentos de democracia institucional.

Notas |

1. SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência? In: DOPS *a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 37-41.

2. CARONE, Edgard. *A República Velha* - Evolução Política. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 352-377.

3. A esse respeito consultar: STEPAN, Alfred. *Os militares*: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; DUARTE, Celina Rabello. *Imprensa e Redemocratização no Brasil*: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978. Dissertação (Mestrado), PUC-SP, São Paulo, 1987; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*: 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984; D'ARAÚJO, Maria Celina *et al.* (Org.). *A volta aos quartéis*. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

4. A esse respeito ler: ARAÚJO, Lucimar Almeida de *et al.* O Acervo Deops/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de *et al.* (Org.). *No coração das trevas*: o Deops/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001. p. 23-35.

5. A Constituição de 1988, ao garantir a todos os cidadãos o direito do *habeas-data*, permitia o acesso às informações acumuladas pelos órgãos do aparato repressivo.

6. Na série *Dossiês*, arquivada sob o código 52-Z-0, as pastas 549 a 583 referem-se a pedidos de informações solicitados por outros órgãos de

repressão sobre várias pessoas das quais elaboraram-se resumos. Entretanto, as datas de elaboração desses resumos são posteriores ao fechamento do Deops/SP. A esse respeito ver: ARAÚJO, Lucimar Almeida de *et al.*, *op. cit.*, p. 25-26.

7. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os arquivos das polícias políticas*: reflexo de nossa história contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1996. p. 12.

8. *Ibidem*, p. 37.

9. Para uma descrição pormenorizada do Acervo Deops/SP, consultar: ARAÚJO, Lucimar Almeida de *et al.*, *op. cit.*, p. 26-35.

10. Referência à dissertação de mestrado em História Social defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), publicada com o título *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

11. A menção refere-se ao trabalho defendido em História Social, no Departamento de História da FFLCH/USP, intitulado *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*.

12. Conforme já afirmado, a série *Dossiês* possui o maior volume de material referente ao período do regime militar. Já a série *Prontuários*, a mais antiga de todas e que acompanha o órgão de seu início à extinção, embora possua material referente à fase posterior a 1964, tem a maior parte de seu acervo concentrada no primeiro governo Vargas (1930-1945).

13. Outras referências sobre a realização dessa pesquisa estão em: AQUINO, Maria Aparecida de. Jornalistas/Militantes na mira do Deops/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de *et al.* (Org.), *op. cit.*, p. 181-197.

14. Segundo o *Dicionário de terminologia arquivística* (CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli [Coord.]. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros [Núcleo Regional de São Paulo]/Secretaria de Estado da Cultura, 1996), *Dossiê* significa “*unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa*” (p. 32).

15. Projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo Deops/SP: Série Dossiês (1940-1983)*.

16. O projeto foi coordenado pela profa. dra. Maria Aparecida de Aquino (DH/FFLCH/USP) e teve o acompanhamento dos mestrandos em História Social (DH/FFLCH/USP) Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos e Walter Cruz Swensson Jr.

17. Em novembro de 2001 foi lançado o primeiro volume da série *No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro*, que contém um estudo sobre toda a legislação que amparou o órgão durante sua existência, uma primeira reflexão sobre o Deops/SP e artigos de pesquisadores que se debruçaram sobre essa documentação. Em novembro de 2002 foram lançados os quatro volumes restantes da mesma série, que contém todo o catálogo com a descrição das 9.626 pastas, uma reflexão sobre o significado dos códigos e famílias que compõem a série e artigos de pesquisadores sobre temas instigantes contidos nessa documentação.

18. Encontramos-nos em fase final da reflexão acerca da série, do órgão, de sua relação com a sociedade. Tendo em vista o fato de que nosso projeto se debruçou sobre a totalidade da série, sem condições de analisar detidamente os documentos no interior das pastas, algumas ambigüidades permanecem. Além disso, a interpenetração/interdependência dos elementos que compõem os *Dossiês* é uma característica que dificulta o estabelecimento de definições taxativas, o que talvez seja um problema com o qual tenhamos de continuar lidando até o momento em que muitas pesquisas a série forem realizadas, solucionando-o.

19. Declaração remetida pelo código 20 - C - 44 - 20.408. Trata-se de um compromisso de luta pelos Direitos Humanos, lembrando as mortes e torturas e afirmando que esses crimes não podem ficar impunes. A declaração protesta contra todas as formas de violência e repressão, manifestando repúdio; proclama o *Dia da Defesa dos Direitos Humanos dos Trabalhadores*; e conclama todos os setores da sociedade para assumirem o mesmo compromisso de luta.

20. Biografia sob o código 20 - C - 44 - 20.409. Antonio Benetazzo foi um militante, professor e artista plástico, preso pelo regime militar em 28-10-1972, assassinado (alegou-se atropelamento) em 30-10-1972. Para mais informações sobre Antonio Benetazzo, consultar: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado (Imesp), 1996; e MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999.

21. Essas denominações foram construídas de comum acordo com a nossa Assessoria para Arquivística, constituída, num primeiro momento, pela profa. dra. Ana Maria de Almeida Camargo e, num segundo momento, acompanhada por um seu ex-orientando, o prof. dr. André Porto Ancona Lopez.

22. Referimo-nos à célebre frase do chefe de polícia do filme *Casablanca*, que, ao presenciar o assassinato de um nazista, ordena a seu subordinado que “prenda os suspeitos de sempre”.

23. É importante observar que essas delegacias mudaram de nome com o tempo. Tomamos a sua denominação mais comumente utilizada.

24. Conhecida como Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento vincula o binômio segurança + desenvolvimento, segundo o qual, só com segurança (leia-se “ordem política e social”) é possível o desenvolvimento econômico do país. Foi gestada na Escola Superior de Guerra (ESG), instituição fundada em 1949 e voltada para a formação de militares e civis dentro dos preceitos da segurança externa e interna, princípios e orientações que os militares brasileiros, principalmente os participantes da Segunda Guerra Mundial, receberam dos EUA. Prende-se às circunstâncias típicas da chamada Guerra Fria, que opôs capitalismo x comunismo. Não se pode dizer que forma um corpo de idéias coeso e coerente, representando mais uma declaração de intenções, muitas vezes, extremamente vaga e contraditória. Dela são os termos ambíguos “guerra revolucionária”, “guerra psicológica adversa”, “setor psicossocial”, dentre outros. Preocupa-se centralmente com o “inimigo interno” localizado dentro das fronteiras. Desloca a idéia de segurança da nação, da preocupação com o “inimigo externo”, para oponente próximo, alvo de perseguições e punições. Os manuais básicos da ESG dão uma idéia do que tenta ser sua confusa e pouco conceitual “teorização”. Um trabalho bastante amplo sobre o tema foi realizado por ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

25. Do mesmo modo que entre 50 e 52 houve um salto para encerrar as *subfamílias*, com os setores observa-se o mesmo: depois do setor L pula-se para a última letra/*setor Z*.

26. Os DOI-Codis foram criados em 1970 e suas unidades correspondiam a cada uma das divisões administrativas das Forças Armadas. Surgiram tomando por base a experiência-piloto realizada em 1969, em São Paulo, intitulada Operação Bandeirantes (Oban) e considerada bem-sucedida. Seu propósito era o de constituir-se em braço armado e ágil da repressão, dispensando as formalidades burocráticas, para destruir as organizações clandestinas que procuravam, por intermédio da luta armada, derrubar o regime militar. Caracterizavam-se por congregarem diferentes órgãos das forças de segurança/repressão/informações. Deles participavam policiais civis e militares estaduais, a Polícia Federal, membros do Exército, Marinha e Aeronáutica. O comando pertencia ao Exército da divisão administrativa

correspondente. Para explicações pormenorizadas do funcionamento deste e outros órgãos repressivos do regime militar ver: ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; D'ARAÚJO, Maria Celina *et al.* (Org.). Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; FICO, Carlos. *Como elegiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001; HUGGINS, Martha K. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

27. O inquérito formalizado será a base para a denúncia ao Ministério Público que, se aceita, servirá para a montagem inicial dos autos do processo judicial. Nos casos dos presos políticos do regime militar, os processos tramitavam no âmbito da Justiça Militar a que nos referimos quando mencionamos o projeto *Brasil: Nunca Mais*.

28. Parte da documentação produzida no DOI-Codi já se encontra disponível através dos depoimentos arquivados no Deops/SP. A outra parte encontra-se nos acervos produzidos no regime militar, os quais ainda não se encontram à disposição do público. Há uma luta da chamada sociedade civil para que essa documentação seja disponibilizada a fim de que se conheçam os meandros desse período autoritário em nosso país.

29. Estamos nos referindo aos períodos em que o autoritarismo se manifesta de forma explícita, através da imposição de regimes autoritários, como o primeiro governo Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985). Referimo-nos, também, às relações autoritárias que permeiam a nossa sociedade e que permitem a sobrevivência, em períodos democráticos, de órgãos do aparato repressivo como o Deops/SP.

30. Termo utilizado por Hannah Arendt na magistral obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, São Paulo, Diagrama & Texto, 1983.

31. Guerrilha rural levada a efeito pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), oficializada em 1962. Ocorreu na região do Araguaia (GO), a partir de 1967. Foi descoberta pelas Forças Armadas em 1972. Foram necessárias três incursões do Exército até que a guerrilha fosse completamente debelada em 1974, com a morte de todos os seus participantes, cerca de seis dezenas de militantes. Como a documentação do Centro de Informação do Exército (CIE) não está aberta à consulta e como o assunto é tabu absoluto nas Forças Armadas, esses episódios encontram-se ainda envoltos em desconhecimento. Quase todos os guerrilheiros foram mortos ou se encontram desaparecidos, os corpos não foram devolvidos a seus familiares, que desconhecem as circunstâncias reais de suas mortes.

Maria Aparecida de Aquino é professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), autora e apresentadora da série televisiva *Anos de Chumbo - 1939-45*, sobre a Segunda Guerra Mundial (TV Cultura), da coleção *Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro* (Imesp), de *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (Edusc). Coordenou, entre 1998 e 2002, o projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo Deops/SP: Série Dossiês (1940-1983)*, financiado pela Fapesp e com o apoio da USP e do Arquivo Público do Estado de São Paulo.